Jornal O DIA SP
Fundado em 5 de abril de 1933
www.jornalodiasp.com.br | SEXTA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 2026 | Nº 26.275 | Preço banca: R$ 3,50

INPC, inflação que corrige salários, acumula 4,49% em 12 meses

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de outubro em 0,22%. Com isso, o acumulado de 12 meses chega a 4,49%. Em setembro, a inflação de um ano estava em 4,29%.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês passado, o grupo dos produtos alimentícios subiram 1,10%; já o dos não alimentícios caiu -0,07%.

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado como referência de cálculo para reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro em seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro. Página 3

BB aponta recusa de produtores em renegociar dívidas do agronegócio

Página 3

Inflação perde força e fica em 0,14% em outubro; conta de luz cai

Página 4

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

28º C
17º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,63
Venda: 5,63

Turismo
Compra: 5,66
Venda: 5,84

EURO

Compra: 6,23
Venda: 6,23

Agro paulista registra superávit de US$ 17,58 bilhões de janeiro a outubro de 2026



Foto/Governo de SP

Página 2

Dino mantém prazo inicial da 5x2, mas flexibiliza regra de transição

Página 4

Novo app da Caixa reúne Pix, FGTS, crédito e benefícios sociais com senha única e biometria facial

Página 6

STF derruba imunidade para punir violência patrimonial contra mulheres

Página 4

1º Fórum Nacional da Transparência

Página 6

Esporte

Hill Climb: Monte Alegre do Sul será o palco final do Paulista de Subida de Montanha

Um dos nove municípios que compõem o Circuito das Águas Paulista, a Estância Turística de Monte Alegre do Sul, a 130 km da capital, receberá de 13 a 15 de novembro a terceira e última etapa do Campeonato Paulista de Subida de Montanha.

Pelo 11º ano o evento acontece na Rodovia Prefeito Cláudio Tedeschi, que liga Monte Alegre do Sul à Serra Negra, em trecho de 4.350 metros. Considerada a "Pista Rainha", por todos os desafios que proporciona, a disputa terá a largada em frente ao portal da cidade.

Os mais de 40 veículos participantes estarão expostos desde sexta-feira (13) na Praça Bom Jesus, no Centro Histórico, onde poderão ser vistos pelos moradores, turistas e crianças da rede pública de ensino, a partir das 13 horas. É a oportunidade para o público ver de perto carros que normalmente só aparecem em ação nas pistas — e conversar diretamente com quem estará ao volante no dia seguinte.

Uma das principais atrações será um caminhão Mercedes-Benz da Fórmula Truck, da equipe Star Truck Racing, com o piloto Daniel Oliveira,

Nos dois dias da competição, a estrada será fechada, com abertura intercalada com as subidas dos competidores, liberando por alguns momentos a passagem de veículos de moradores e turistas.

SOBRE A SUBIDA DE MONTANHA

A modalidade Subida de Montanha é uma das mais democráticas do automobilismo. Afinal, são 12 categorias, que abrigam qualquer veículo de quatro rodas, desde os pequenos karts com câmbio, passando pelos carros tipo Turismo, GT, Protótipos, Fórmulas, até os grandes Trucks.

A diversidade é justamente uma das atrações da Subida de Montanha: carros completamente diferentes enfrentando o mesmo desafio e lutando contra o relógio, quando cada fração de segundo pode fazer diferença.



Foto/Divulgação

Carros *tubulares serão atração em Monte Alegre do Sul*

Em Monte Alegre do Sul o desafio será extremo: os pilotos enfrentarão um percurso sinuoso com 46 curvas que exigirão do piloto controle absoluto do carro e capacidade de buscar o limite sem perder precisão. Isto em 4,35 km de asfalto impecável, o que proporcionará alta média de velocidade, para buscarem completar o trajeto no menor tempo possível para conquistarem a vitória.

Os carros largam individualmente, divididos por categorias. Um novo competidor só entra no percurso depois da confirmação de que o anterior concluiu a subida com segurança.

O percurso será acompanhado por postos de comissários equipados com bandeiras, rádios e sistemas de comunicação, garantindo o controle e a segurança da prova.

Stock pode ter campeão antecipado no Velopark



Foto/ Magnus Torquato

Felipe *Fraga é o único que pode conquistar o título antecipadamente no Velopark*

A Bradesco Stock Pro Series chega à sua 11ª e penúltima etapa da temporada de 2026 no próximo fim de semana (14 e 15/11), no Autódromo Velopark, em Nova Santa Rita (RS). Além da tradicional prova no estilo sprint do sábado, a programação terá como grande atração a Corrida do Milhão, prova principal que será disputada no domingo e concederá R$ 1 milhão ao piloto vencedor.

O evento também poderá definir antecipadamente o campeonato: líder da classificação após dez etapas, Felipe Fraga é o único entre os sete candidatos ao título que tem chances de conquistar o título já no Velopark.

O piloto da equipe Eurofarma RC vem tendo uma temporada impecável, que inclui a conquista do Capacete de Ouro, o Oscar do automobilismo brasileiro, que lhe foi concedido por uma bancada formada por jornalistas especializados e técnicos da área. Felipe lidera o campeonato desde a primeira etapa e no momento soma 884 pontos, condição que lhe dá uma vantagem de 125 em relação ao vice-líder Gabriel Casagrande, que acumula 759. Guilherme Salas aparece na terceira posição (743), seguido por Gaetano Di Mauro (721), Rafael Suzuki (674), Enzo Elias (647) e Sérgio Sette Câmara (641). Os sete pilotos ainda possuem chances matemáticas de conquistar o campeonato, mas apenas Fraga poderá assegurar o título antecipadamente no Velopark.

As contas para o título - O regulamento, no entanto, determina o descarte dos dois piores resultados logo após a penúltima etapa – justamente a que será realizada neste final de semana. Dependendo dos resultados da prova sprint no sábado e da Corrida do Milhão no domingo, a Stock Car poderá ou não já ter seu campeão.

Há uma variedade de resultados possíveis, mas, para conquistar antecipadamente o campeonato, Felipe Fraga precisará encerrar a etapa do Velopark com uma vantagem de pelo menos 138 pontos sobre seus adversários, já considerados os dois descartes regulamentares. Isso porque a última etapa, marcada para dezembro, em Interlagos, distribuirá no máximo 137 pontos – ou seja, 80 pela vitória na Corrida do Milhão, 55 pela vitória na corrida estilo sprint e dois pela conquista da pole position.

Sete pilotos têm chances - Embora Fraga seja o único que poderá conquistar o título antecipadamente no Velopark, outros seis competidores ainda possuem possibilidades matemáticas de terminar a temporada na liderança do campeonato.

Além de Casagrande, Salas e Di Mauro, que aparecem mais próximos do primeiro colocado, Rafael Suzuki, Enzo Elias e Sérgio Sette Câmara seguem na disputa. Para esse segundo grupo, entretanto, a possibilidade de título depende de uma combinação mais ampla de resultados, incluindo uma redução expressiva da vantagem de Fraga nas duas últimas etapas.

Suzuki ocupa a quinta posição, com 674 pontos, seguido por Elias, que soma 647, e Sette Câmara, com 641. Considerando as etapas do Velopark e de Interlagos, os três pilotos precisam aproveitar ao máximo os 274 pontos colocados em jogo nessas ocasiões e torcer por resultados desfavoráveis ao líder para manter suas possibilidades até a decisão em Interlagos.

A possibilidade de uma definição antecipada coloca o Velopark no centro da disputa pelo título da Bradesco Stock Pro Series. Fraga chega à penúltima etapa dependendo de uma combinação de resultados para confirmar a conquista, enquanto seus adversários buscam reduzir a diferença e manter o campeonato em aberto até a decisão de dezembro, em Interlagos.

Agro paulista registra superávit de US$ 17,58 bi de janeiro a outubro

Nos 10 meses de 2026, o agronegócio paulista registrou superávit de US$ 17,58 bilhões. Esse resultado foi impulsionado por exportações que somaram US$ 22,59 bilhões, frente a importações de US$ 5,01 bilhões. No período, o setor respondeu por 35,9% do total das exportações do estado, enquanto as importações do agronegócio representaram 6,4% do total estadual.

"O resultado da balança comercial do agronegócio paulista reflete um cenário internacional bastante dinâmico, com mudanças na demanda de importantes parceiros comerciais e oscilações nos preços de algumas commodities. Mesmo diante desse contexto, o setor mantém uma participação expressiva nas exportações do Estado", analisa Carlos Nabil Ghobril, diretor da APTA.

Produtos exportados

O complexo sucroalcooleiro foi responsável por 26,2% do total exportado pelo agro paulista, totalizando US$5,92 bilhões. Deste total, o açúcar representou 92,3% e o álcool etílico, etanol, 7,7%. O setor de carnes veio logo em seguida com 16,3% das vendas externas do setor, totalizando US$3,68 bilhões, com a carne bovina respondendo por 83,1%. O complexo soja teve participação de 11,7% do total exportado, registrando US$2,64 bilhões, 79,7% referentes à soja em grãos e 14,3% de farelo de soja. Produtos florestais representaram 12,3% do valor exportado, com US$2,78 bilhões, com 62,2% de celulose e 31,1% de papel. Os sucos responderam por 6,8% de participação, somando US$1,54 bilhão, dos quais 96,1% são referentes ao suco de laranja. Esses cinco grupos representaram, em conjunto, 73,3% das exportações do agronegócio paulista. O café ocupa a sexta posição, com 5,7% de participação na pauta de exportações, somando US$1,29 bilhão, 66,5% referentes ao café verde e 28,6% de café solúvel.

As variações nos valores exportados, em comparação com o mesmo período do ano passado, apontaram aumentos nas vendas dos grupos de soja (+19,7%), carnes (+2,4%) e produtos florestais (+12,7%), além de quedas nos grupos de sucos (-39,7%), sucroalcooleiro (-21,3%) e café (-13,9%).

Principais destinos

A China segue sendo o principal destino das exportações, com 24,2% de participação, adquirindo principalmente produtos do complexo soja, carnes, florestais e produtos do setor sucroalcooleiro. A União Europeia aparece em seguida, com 13,7% de participação, enquanto os Estados Unidos responderam por 10,1%.

Destino do açúcar

A Índia assumiu a liderança entre os destinos do açúcar paulista no acumulado de 2026, com 9,2% de participação, ultrapassando a China, que respondeu por 9,1%. Na sequência aparecem Arábia Saudita, com 8,4%, Bangladesh e Nigéria, com 6,9% cada. "A mudança na posição dos principais compradores demonstra como a dinâmica dos mercados internacionais pode alterar rapidamente a composição dos destinos das exportações. A diversificação de mercados é importante para o setor, especialmente diante de mudanças nas condições comerciais dos parceiros", destaca o diretor.

Participação paulista no agro nacional

No cenário nacional, o agronegócio paulista ocupa o segundo lugar no ranking de exportações, com 15,1% de participação, logo atrás de Mato Grosso (18,8%).

A análise da balança comercial do agronegócio paulista é elaborada mensalmente pelo diretor da APTA, Carlos Nabil Ghobril, e os pesquisadores José Alberto Ângelo e Marli Dias Mascarenhas Oliveira, do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo.

A Diretoria de Pesquisa dos Agronegócios (APTA) é o órgão responsável por coordenar as atividades de pesquisa científica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Em sua estrutura estão presentes sete Instituições de Ciência e Tecnologia, com unidades distribuídas por todas as regiões do estado: Instituto Agronômico (IAC), Instituto Biológico (IB), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Instituto de Pesca (IP), Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), Instituto de Zootecnia (IZ) e APTA Regional. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Na cidade, a maior Expo Cristão do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, cristãos vereadores(as) tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

PREFEITURA (São Paulo)

Na cidade, a maior Expo Cristã do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o cristão e prefeito Ricardo Nunes tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Na capital, a maior Expo Cristã do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, cristãos deputados(as) tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

GOVERNO (São Paulo)

Na capital, a maior Expo Cristã do Século 21. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o cristão e governador Tarcísio Freitas tentando discernir os sinais dos tempos ...

CONGRESSO (Brasil)

Em Brasília, repercutindo a maior Expo Cristã do Século 21 em SP. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, cristãos deputados(as) e senadores(as) tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Em Brasília, repercutindo a maior Expo Cristã do Século 21 em SP. Na América Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o cristão e vice Alckmin tentando discernir os sinais dos tempos ...

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Em Brasília, repercutindo a maior Expo Cristã do Século 21 em SP. Na América do Sul, um papa norte-americano pregando comportamentos do Século 20. Aqui, o STF tentando discernir os sinais [sem as Éticas e as Justas Justiças do Cristo] dos tempos ...

.

ANO 34

O jornalista **Cesar Neto** usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... **X @cesarnetoreal**

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Jesus perguntou: — Quem é a minha mãe? E quem são os meus irmãos? Então apontou para os seus discípulos e disse:

— Vejam! Aqui estão a minha mãe e os meus irmãos. Pois quem faz a vontade do meu Pai, que está no céu, é meu irmão, minha irmã e minha mãe" **Mateus 12.48,49 (NTLH)**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 11 3258-1822
Comercial: 11 97144-4166
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress
Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

São Paulo destina R$ 2,3 milhões para reorganizar serviços de acolhimento em nove municípios paulistas

A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS) do Governo de São Paulo vai repassar cerca de R$ 2,3 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) a nove municípios paulistas para o cofinanciamento de serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A medida, aprovada pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS-SP), integra o processo de reorganização da distribuição de recursos regulamentados pela Resolução Seds nº 37/2024.

A reorganização conduzida pela Secretaria considera a desistência de seis municípios da oferta dos serviços regionais, que vão devolver, ao todo, R$ 1,71 milhão ao Estado. São eles: Presidente Bernardes, Bofete, Porangaba, Torre de Pedra, Pedemeiras e Ourinhos.

"Ao reorganizar o cofinanciamento, a SEDS reafirma o compromisso do Governo do Estado com a qualidade e a continuidade dos serviços de acolhimento. Redistribuímos os recursos com critério técnico e respeito à regionalização, para que o apoio estadual alcance os municípios aptos a ofertar atendimento digno a idosos, pessoas com deficiência e mulheres em situação de violência. Seguiremos fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social em todo o Estado, em diálogo com os municípios e com o CONSEAS", afirma a secretária de Desenvolvimento Social, Andrezza Rosalém.

Com a atualização da distribuição dos recursos, nove municípios passam a receber o cofinanciamento da SEDS, contemplando diferentes modalidades de acolhimento e Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS). Entre os serviços a serem implantados com o recurso extra estão as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e as Residências Inclusivas.

Na região da Alta Sorocabana, Presidente Prudente receberá R$ 139,7 mil para somar ao cofinanciamento de ILPI regional. Na região de Botucatu, o município-sede vai contar com R$ 1,11 milhão para ILPI municipal, enquanto Dois Córregos, na região de Bauru, receberá R$ 288,6 mil para o cofinanciamento de um Serviço de Acolhimento para mulheres em situação de violência.



Foto/Divulgação/Governo de SP

Já na região de Avaré, Bernardino de Campos, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu e São Pedro do Turvo vão receber R$ 42.059,25 cada, destinados ao cofinanciamento de Residência Inclusiva regional.

Na região de Itapeva, Capão Bonito receberá R$ 259 mil e Itararé, R$ 323.637, para o cofinanciamento de Residências Inclusivas municipais. Os dois municípios concentram R$ 582,6 mil em recursos financeiros adicionais previstos na deliberação.

O valor corresponde à estimativa para implantação e custeio durante 12 meses. A medida integra as estratégias da SEDS de organização e fortalecimento da rede estadual de assistência social, considerando a regionalização dos serviços e a distribuição do cofinanciamento entre os municípios responsáveis pela oferta do atendimento.

A Deliberação CONSEAS/SP nº 19/2026, publicada no Diário Oficial do Estado em 3 de novembro, entrou em vigor na data de sua publicação. (Governo de SP)

Profissionais da rede estadual de SP receberão bônus inédito por desempenho em 15 de dezembro



Foto/Divulgação/Governo de SP

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) pagará, em 15 de dezembro, R$ 357,6 milhões em bônus a 123 mil profissionais da rede estadual de ensino pelos resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2025. O valor médio a ser recebido é de R$ 2.861, enquanto o teto pode chegar a R$ 25.058.

A bonificação é inédita e amplia a política de valorização dos servidores, que já receberam, em abril, o pagamento referente ao Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp). Até então, a política de bonificação da rede estadual considerava exclusivamente os resultados do Saresp.

Com a inclusão do Saeb, avaliação nacional aplicada a cada dois anos pelo governo federal, o reconhecimento passa a contemplar também o desempenho das escolas paulistas em um dos principais indicadores da qualidade da educação básica no país.

O novo benefício é destinado a professores de língua portuguesa e matemática dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio, além das equipes gestoras das unidades que cumpriram as metas estabelecidas pela Seduc-SP.

Com os dois pagamentos, o investimento do Governo de São Paulo em bonificações aos profissionais da educação chegará a R$ 1,357 bilhão em 2026. Em abril, 188 mil servidores foram contemplados pelo desempenho no Saresp 2025, com valor médio de R$ 5.066,89 por beneficiário.

"Estamos ampliando o reconhecimento aos profissionais que fazem a diferença na aprendizagem dos nossos estudantes. Pela primeira vez, além do Saresp, vamos pagar um bônus pelos resultados do Saeb, uma avaliação nacional que permite acompanhar a evolução da educação paulista. São mais de R$ 1,3 bilhão em bonificações neste ano, valorizando o trabalho de professores e equipes escolares que se dedicam diariamente a melhorar a qualidade do ensino", destaca o secretário da Educação, Renato Feder.

A política de bonificação da Seduc-SP considera o cumprimento de metas de aprendizagem estabelecidas para as unidades de ensino e os profissionais da rede. No caso do Saresp, o cálculo leva em conta o desempenho dos estudantes nas séries e disciplinas avaliadas, a evolução da aprendizagem, a frequência escolar e a participação na avaliação.

Para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, docentes de componentes curriculares não avaliados diretamente pelo Saresp, gestores e profissionais dos quadros de apoio e projetos, a referência é o resultado da unidade escolar.

Já para os professores de disciplinas avaliadas, o valor é calculado proporcionalmente à carga horária. Nos casos em que o profissional atua em mais de uma escola ou leciona componentes avaliados e não avaliados, o benefício considera a ponderação entre as metas da escola e da disciplina.

A bonificação vinculada ao Saeb amplia esse modelo de reconhecimento ao incorporar os resultados da avaliação nacional, contemplando os profissionais elegíveis das escolas que atingiram as metas definidas pela Secretaria. Para o patamar 'diamante', a unidade deve também alcançar o ouro no Saeb. O atingimento duplo garante dois salários extras para os servidores.

O pagamento realizado em abril reconheceu o desempenho das equipes escolares em um ano marcado por avanços na aprendizagem. Na edição de 2025 do Saresp, a rede estadual alcançou a melhor média da série histórica em matemática no Ensino Fundamental, com evolução em todos os anos avaliados.

Ao todo, 3.760 escolas conquistaram a classificação ouro por atingir as metas estabelecidas pela Secretaria. O resultado também ampliou o alcance da bonificação: o número de profissionais contemplados cresceu 18% em relação ao pagamento anterior. (Governo de SP)

INPC, inflação que corrige salários, acumula 4,49% em 12 meses

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou o mês de outubro em 0,22%. Com isso, o acumulado de 12 meses chega a 4,49%. Em setembro, a inflação de um ano estava em 4,29%.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No mês passado, o grupo dos produtos alimentícios subiram 1,10%; já o dos não alimentícios caiu -0,07%.

Reajuste de salários

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros, pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado como referência de cálculo para reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano.

O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro em seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

INPC x IPCA

O IBGE divulgou também o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conhecido como inflação oficial, que fechou o mês passado em 0,14% e marca 4,63% em 12 meses.

Uma diferença entre os dois índices é que o INPC apura a inflação para as famílias com renda de um até cinco salários mínimos. Já o IPCA, para lares com renda de até 40 salários mínimos. Atualmente, o mínimo é de R$ 1.621.

No INPC são apurados preços de 367 produtos e serviços (os chamados subitens), dez a menos que no IPCA.

O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam cerca de 25% do índice, mais que no IPCA (aproximadamente 21%), pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida. Na ótica inversa, o preço de passagem de avião pesa menos no INPC do que no IPCA.

De acordo com o instituto de pesquisas, a apuração do INPC tem por objetivo "a correção do poder de compra dos salários, através da mensuração das variações de preços da cesta de consumo da população assalariada com mais baixo rendimento".

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. A coleta também é feita em Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (Agência Brasil)

BB aponta recusa de produtores em renegociar dívidas do agronegócio

A presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, afirmou na quinta-feira (12) que parte dos médios e grandes produtores rurais inadimplentes se recusou a pagar dívidas, renegociar operações e apresentar novas garantias à instituição, mesmo após a oferta de programas de repactuação com condições facilitadas.

A declaração foi feita durante teleconferência sobre os resultados do terceiro trimestre de 2026. Segundo a executiva, o comportamento de parte dos devedores surpreendeu a administração do banco e tem contribuído para o agravamento da inadimplência na carteira de agronegócios.

"Não contávamos com a persistência e intencionalidade do risco moral", afirmou Tarciana.

O vice-presidente de Agronegócios do BB, Gilson Bittencourt, também apontou que parte dos produtores pode estar adiando a renegociação das dívidas na expectativa de conseguir condições mais favoráveis em outro momento.

Segundo a direção do banco, os casos de inadimplência estão concentrados principalmente entre produtores de médio e grande porte do Centro-Oeste, que atuam nas culturas de soja, milho e na pecuária.

Tarciana destacou que, mesmo diante de colheitas recordes em 2025 e 2026, parte dos produtores optou por não honrar os compromissos financeiros nem buscar alternativas para regularizar as operações.

"Mesmo com colheitas recordes, parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar, nem renegociar, e se recusaram a apresentar garantias", declarou.

O chamado risco moral ocorre quando um devedor adia o cumprimento de suas obrigações por acreditar que poderá obter condições mais vantajosas de negociação ou algum tipo de benefício futuro.

A presidenta fez questão de diferenciar os clientes que procuraram o banco para renegociar suas dívidas daqueles que permanecem inadimplentes sem apresentar alternativas de regularização.

"Para quem não negocia não paga, o instrumento é a cobrança", afirmou.

Segundo Tarciana, cerca de 90% dos clientes do agronegócio continuam pagando suas operações em dia. A executiva ressaltou que a deterioração da carteira não representa o comportamento de todo o setor e que o banco pretende manter o relacionamento com os produtores que honram seus compromissos.

Inadimplência avança

A piora na carteira de agronegócios teve impacto direto no balanço do Banco do Brasil. No terceiro trimestre de 2026, a instituição registrou lucro líquido ajustado de R$ 1,27 bilhão, queda de 66,5% em relação ao mesmo período do ano passado.

O custo do crédito alcançou R$ 21,2 bilhões no trimestre e somou R$ 58,6 bilhões nos primeiros nove meses do ano, crescimento de 33,2% na comparação anual.

Os indicadores da carteira agro também demonstram a deterioração da capacidade de pagamento de parte dos clientes: • 6,92%: índice de inadimplência acima de 90 dias em setembro de 2026, ante 4,84% no mesmo mês de 2025; • 10,10%: percentual de operações com atrasos superiores a 30 dias em setembro; • 66%: índice de pontualização em outubro, que mede o pagamento das parcelas na data prevista; • R$ 21,2 bilhões: custo do crédito registrado no terceiro trimestre.

Com o resultado abaixo das expectativas, o BB revisou sua projeção de lucro líquido ajustado para 2026. A estimativa, que anteriormente estava entre R$ 18 bilhões e R$ 22 bilhões, passou para uma faixa de R$ 9 bilhões a R$ 11 bilhões.

A presidenta afirmou que o banco identificou sinais atípicos de deterioração nos pagamentos do agronegócio ainda no primeiro trimestre de 2025. Na ocasião, a instituição decidiu suspender a divulgação de suas projeções financeiras diante das incertezas sobre o comportamento da carteira.

Tarciana disse que o BB intensificou as estratégias de cobrança, ampliou as exigências de garantias e reforçou as iniciativas para renegociar os débitos.

Por meio da Medida Provisória (MP) 1.376/2026, foram renegociados R$ 13,4 bilhões em dívidas do agronegócio. Apesar do volume financeiro, a adesão ficou abaixo das expectativas da instituição.

Segundo o BB, apenas 15% dos clientes inadimplentes aderiram às condições de renegociação.

Entre as medidas adotadas pelo banco para reduzir a exposição ao risco estão: • Reforço dos mecanismos de cobrança e recuperação de crédito; • Ampliação das exigências de garantias nas novas operações; • Intensificação da judicialização contra devedores; • Cessão de carteiras com perdas para empresas especializadas na recuperação de dívidas; • Uso de inteligência artificial para aprimorar a avaliação da capacidade de pagamento dos produtores.

Tarciana também informou que 80% da safra 2026/2027 já conta com alienação fiduciária como garantia, mecanismo que permite ao credor ter a propriedade do bem vinculado à operação até a quitação da dívida.

Além da pressão provocada pela inadimplência, o Banco do Brasil enfrenta desafios relacionados à recomposição de seu capital e à recuperação da rentabilidade.

Tarciana admitiu que o índice de capital principal da instituição encerrou o terceiro trimestre um pouco abaixo de 11%. Embora esteja acima do mínimo regulatório, o indicador permanece abaixo do patamar considerado adequado pela administração.

"Hoje, o nosso foco é recuperar a rentabilidade do Banco do Brasil. A nossa gestão tem um compromisso: colocar a sustentabilidade do banco em primeiro lugar, mesmo quando isso exige decisões difíceis no curto prazo", afirmou.

Para 2027, o banco prepara um conjunto de mais de 15 medidas para reforçar sua estrutura de capital. Entre as iniciativas está a redução do percentual de distribuição de dividendos, anunciada na quarta-feira (11), que permitirá reter uma parcela maior dos resultados.

O vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores da instituição, Marco Geovanne Tobias da Silva, afirmou que a expectativa é de acomodação da inadimplência e recuperação gradual dos resultados. O executivo também sinalizou uma redução maior do volume de crédito destinado ao agronegócio, segmento que atualmente concentra parte das dificuldades da instituição e apresenta menor margem de retorno.

Crédito ao agro

Apesar do cenário adverso, Tarciana reafirmou que o Banco do Brasil não pretende abandonar o financiamento ao agronegócio. A estratégia, segundo ela, será aprimorar a análise de risco e diferenciar os produtores que enfrentam dificuldades financeiras daqueles que, na avaliação da instituição, têm condições de pagar, mas não regularizam suas operações.

A presidenta também destacou a importância histórica do relacionamento do banco com o setor rural e afirmou que a instituição continuará atendendo clientes com os quais mantém vínculos de longa data.

"Vamos continuar emprestando para o nosso cliente agro que é parceiro de uma vida inteira. Há clientes que estão conosco há várias gerações", declarou.

A executiva reforçou que a prioridade da administração é recuperar a rentabilidade e preservar a sustentabilidade financeira do banco, sem comprometer sua atuação como uma das principais instituições financiadoras do agronegócio brasileiro. (Agência Brasil)

Pacote fiscal prevê 120 dias para Congresso discutir supersalários

O pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional prevê prazo de até 120 dias para que os parlamentares analisem uma proposta de regulamentação dos chamados supersalários no funcionalismo público.

O projeto de lei complementar, protocolado na quarta-feira (11) pelo senador Jaques Wagner (PT-BA), também prevê redução de benefícios tributários, mudanças nas regras de gastos públicos e autorização para retirar subsídios ao diesel da meta fiscal de 2026.

Durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO), o ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, afirmou que o conjunto de medidas busca melhorar as contas públicas sem comprometer políticas essenciais.

"Medidas de receitas e medidas de despesas, sempre buscando proteger as despesas que são cruciais para assegurar direitos, racionalizar algumas despesas, rever gastos tributários que não entregam aqueles resultados que são pretendidos, e até rever alguns privilégios, como por exemplo a questão dos supersalários", descreveu.

A expectativa do governo é que o pacote tenha impacto fiscal de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões em 2027.

Regras para supersalários

O projeto estabelece que o Congresso terá até 120 dias, a partir da publicação da eventual lei complementar, para analisar uma proposta de regulamentação das verbas indenizatórias pagas a servidores públicos.

Esses pagamentos são destinados a compensar despesas relacionadas ao exercício de determinadas funções e, em algumas situações, ficam fora do teto constitucional do funcionalismo, atualmente em R$ 46.366,19 mensais, equivalente ao salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apresente a economia gerada pela regulamentação e indique sua destinação, que poderá incluir: Redução dos limites de despesas públicas; Investimentos e atividades de segurança pública; Ações do sistema socioeducativo.

O projeto, entretanto, não determina cortes imediatos nos pagamentos nem apresenta uma estimativa de economia com a medida.

Corte de benefícios

Outra frente do pacote prevê redução de 20% em diferentes benefícios tributários concedidos a empresas e setores da economia.

A proposta estabelece mudanças conforme o tipo de incentivo: Isenções fiscais: cobrança de 20% da alíquota padrão; Alíquotas reduzidas: aplicação de uma composição entre 80% da alíquota reduzida e 20% da padrão; Créditos tributários (desconto ou compensação em tributos pagos a mais anteriormente): aproveitamento limitado a 80% do valor original; Regimes especiais: aumento de 20% no percentual cobrado sobre a receita bruta; Lucro presumido: aumento de 20% nos percentuais usados para calcular os tributos.

O texto não identifica quais empresas ou setores serão atingidos nem detalha a arrecadação esperada com as mudanças.

Outras medidas

O pacote também modifica regras do arcabouço fiscal e estabelece limites para determinadas despesas. Entre os principais pontos estão: Gastos públicos: possibilidade de reduzir o limite de crescimento real (acima da inflação) das despesas de 2,5% para 2% a partir de 2027; Diesel: autorização para retirar até R$ 10,5 bilhões em subsídios do cálculo da meta fiscal de 2026; Fundos públicos: possibilidade de usar até 40% do superávit financeiro do exercício anterior, respeitadas as exceções previstas no projeto; Exportações: limite anual de R$ 1 bilhão para despesas de financiamento às exportações até 2030; Compensação previdenciária: limite de R$ 3 bilhões anuais entre 2027 e 2030; Estados: redução temporária para R$ 1 bilhão por ano de determinadas transferências, com redistribuição dos valores restantes entre 2031 e 2037.

As regras de utilização dos fundos preservam recursos constitucionalmente vinculados a áreas como saúde, educação, segurança social e segurança pública.

Tramitação no Congresso

O pacote foi negociado entre o governo e o Congresso Nacional como parte da estratégia para controlar o crescimento das despesas e melhorar o resultado fiscal.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM) foi escolhido como relator da proposta. O ministro da Fazenda, Dario Durigan, também participa das articulações para acelerar a tramitação.

Apesar da estimativa de impacto entre R$ 50 bilhões e R$ 60 bilhões em 2027, o projeto não apresenta uma memória de cálculo detalhada que permita identificar quanto cada medida deverá contribuir para o resultado fiscal. (Agência Brasil)

Brasiliana

Mauricio Picazo Galhardo

- Então olhei para o Brasil e ví o campo:
- Quero saber apresenta:

" ... os Estados Unidos deverão reduzir a produção de carne bovina e ampliar o volume de importações em 2026 e 2027. O relatório de oferta e demanda do USDA, divulgado nesta terça-feira (10), confirma a necessidade do país de recorrer ao mercado internacional para complementar o abastecimento, cenário que abre oportunidades para as exportações brasileiras. Segundo o departamento, a revisão das importações reflete a combinação entre demanda aquecida e menor produção interna. Para o próximo ano, a redução na entrada de animais nos confinamentos deverá restringir a oferta de bovinos terminados no primeiro semestre de 2027. De acordo com os dados divulgados pelo USDA, a produção comercial americana está projetada em 11,23 milhões de toneladas em 2026, recuo de 4,8% em relação a 2025. Para 2027, a estimativa foi reduzida para 11,12 milhões de toneladas, volume aproximadamente 1% inferior ao previsto para este ano. (Fonte: Notícias Agrícolas)


Foto Mauricio Galhardo Picazo

Uber é proibida pela Justiça do Trabalho de cobrar taxa de motorista no Brasil; entenda

A Justiça do Trabalho suspendeu em todo o país o "Passe para Motoristas", taxa cobrada pela Uber de motoristas e motociclistas para operarem na plataforma. A empresa deve deixar de exigir taxas de assinatura ou de acesso, ou qualquer valor como condição para que aceitem viagens.

A decisão atende a pedido de liminar feito pelo MPT (Ministério Público do Trabalho) na Bahia após ação civil pública. A Uber tem 48 horas, a partir da notificação, para suspender o programa nas duas modalidades oferecidas, por tempo (24 horas ou 72 horas) e por faixa de ganho.

Em nota, a Uber afirma que está analisando a decisão e avalia as medidas judiciais cabíveis para recorrer. Diz ainda que o programa é uma alternativa e está em fase inicial. A empresa alega que a liminar fere o direito à concorrência.

"A decisão liminar promove evidente insegurança jurídica e desequilíbrio concorrencial, visto que o modelo de assinatura é praticado por diversos aplicativos do setor de transporte individual privado, há anos, sem que isso tenha ensejado questionamentos da Justiça."

A empresa também terá de retirar de seus canais a publicidade que associa a taxa à promessa de "previsibilidade de ganhos". Caso descumpra, poderá pagar multa de R$ 100 mil por dia para cada uma das três obrigações: deixar de cobrar, não instituir nova cobrança e deixar de fazer publicidade da taxa.

O vice-coordenador nacional de combate às fraudes nas relações de trabalho do MPT, Ilan Fonseca, afirma que a medida vai contra o que diz a Convenção 181 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que em seu artigo 7º afirma que agências de emprego não podem fazer nenhum tipo de cobrança a trabalhadores em troca de recolocação ou trabalho.

"Trata-se de cobrança ilegal, que representava um pagamento antecipado para que o trabalhador pudesse prestar um serviço, o que viola as leis brasileiras e a Convenção 181 da OIT", diz.

Lançado em 25 de maio de 2026, o Passe para Motoristas trocou a taxa que a Uber cobrava a cada viagem por um valor fixo, pago de forma antecipada. O custo pode passar de R$ 1.000 por mês, segundo ação do MPT. O programa funciona em 42 cidades.

A decisão prevê uma regra de transição. Quem tiver o benefício ativo e já pago no momento da suspensão mantém a taxa zero até o fim do período ou da faixa de ganhos contratada, sem renovação nem cobrança extra por viagem.

Nos casos de pagamento parcial ou dívida a ser cobrada, a Uber não pode fazer novas cobranças ligadas ao programa suspenso. Nas demais situações, a empresa pode voltar a cobrar por viagem, como fazia antes.

A ação civil pública foi levada à Justiça em agosto pelo procurador Luiz Antonio Nascimento Fernandes, do MPT na Bahia. Além da suspensão do Passe para Motoristas, o MPT pede a devolução de todos os valores pagos pelos condutores, indenização de R$ 321 milhões por dano moral coletivo e acesso ao código-fonte do algoritmo da plataforma, para verificar como são calculados os ganhos e distribuídas as corridas.

Na nota, a Uber diz ainda que o valor do Passe é informado previamente no aplicativo, permitindo aos parceiros conhecer o preço e escolher a modalidade que melhor se encaixa em sua rotina e no bolso, seja por tempo logado ou por ganho. Com o passe, as viagens não têm taxa de serviço.

"Como reconhece a própria decisão, a cobrança por preço fixo não é ilegal e pode beneficiar motoristas – que é exatamente a razão dos testes realizados pela Uber. A discussão judicial se refere às condições de implantação do programa e ainda terá julgamento de mérito", afirma no texto. (Folhapress)

Inflação perde força e fica em 0,14% em outubro; conta de luz cai

A bandeira verde na conta de luz e o custo dos transportes deram alívio ao bolso dos brasileiros em outubro e ajudaram a inflação oficial a perder força e fechar o mês de outubro em 0,14%. Em setembro, o indicador ficou em 0,82%.

No acumulado de 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 4,63%, percentual acima da meta do governo.

Os dados foram divulgados na quinta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. O relatório Focus da última segunda-feira (9), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projetava a inflação de outubro em 0,27%.

Para o fim do ano, o mercado sinaliza a inflação oficial em 5,22%. Já o Ministério da Fazenda prevê IPCA de 4,9% ao fim de 2026.

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

Outubro é o segundo mês seguido com inflação acima do teto. Em setembro, o acumulado era de 4,58%.

De acordo com o gerente da pesquisa, Fernando Gonçalves, para fechar o IPCA no teto de 4,5%, o índice teria que acumular no máximo 0,39% nos dois últimos meses.

Influências

Para chegar ao IPCA, o IBGE apura o comportamento de 377 subitens (produtos ou serviços) em nove grupos. Veja os comportamentos: alimentação e bebidas: 1,04% (impacto de 0,22 ponto percentual); comunicação: 0,71% (0,03 p.p.); artigos de residência: 0,44% (0,02 p.p.); vestuário: 0,38% (0,02 p.p.); despesas pessoais: 0,36% (0,04 p.p.); saúde e cuidados pessoais: 0,09% (0,01 p.p.); educação: 0,07% (0,00 p.p.); habitação: -0,51% (-0,08 p.p.); transportes: -0,59% (-0,12 p.p.)

Luz mais barata

O grupo habitação foi o que mais puxou a inflação para baixo. A variação de -0,51% é a mais profunda para um mês de outubro desde 2019.

O resultado foi influenciado pelo preço da energia elétrica residencial, que recuou 1,92% (impacto de -0,08 p.p.). A conta de luz foi o subitem que mais exerceu pressão de baixa em todo o IPCA.

O analista da pesquisa, Fernando Gonçalves, explica que em outubro, a bandeira tarifária da conta de luz passou de amarela para verde, eliminando cobrança adicional de R$ 1,885 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em setembro, a energia elétrica tinha subido 7,98% – também efeito do fim do Bônus Itaipu, desconto que os consumidores receberam na conta de agosto).

Transportes

A queda nos preços dos transportes (-0,59%) é a mais intensa para um mês de outubro desde o início do Plano Real (1994).

No grupo transportes, a queda reflete a variação negativa das passagens aéreas (-9,21%) e redução nos combustíveis (-0,31%).

O IBGE destaca a queda na média de preços da gasolina (-0,56%) e do gás veicular (-0,46%). Em todo o IPCA, a gasolina é o subitem com maior peso na cesta de consumo dos brasileiros.

O óleo diesel (1,66%) e o etanol (1,02%) apresentaram alta.

Alimentos

Pelo lado das altas, o grupo alimentação e bebidas subiu 1,04%. A alimentação no domicílio ficou em 1,31%.

As maiores influências de alta na alimentação foram: tomate: 19,57%; cebola: 11,29%; arroz: 4,81%; carnes: 2,27%

No lado das quedas, destacam-se cenoura (-9,72%), batata-inglesa (-2,95%) e café moído (-1,03%).

"Questões climáticas, como chuvas em excesso, comprometem a oferta de alguns produtos, assim como o preço mais alto do diesel pressiona a cadeia produtiva, impactando o valor dos produtos para o consumidor final."

"Se essas mudanças climáticas são causadas pelo El Niño, podemos dizer que o fenômeno está, sim, trazendo impactos na produção dos alimentos", diz ele sobre o fenômeno de aquecimento anormal no Oceano Pacífico.

Espalhamento

O índice de difusão indica que 61% dos 377 produtos e serviços pesquisados tiveram aumento de preço. No mês passado, esse percentual estava em 55%.

Inflação de serviços x preços administrados

O IBGE desagrega o IPCA em dois grupos, o de serviços, que traz os preços que sofrem mais influência do aquecimento ou esfriamento da economia – ou seja, mais suscetíveis à taxa de juros determinada pelo BC – e o de preços administrados, que costumam ser controlados por contratos, e os combustíveis.

Em outubro, o grupo de serviços subiu 5,66%; já os administrados, 3,83%.

Comportamento dos juros

A taxa básica de juros, a Selic, é o principal instrumento do BC para tentar controlar a inflação e deixá-la dentro da meta. Atualmente a Selic está em 13,75%.

O patamar alto aumenta o custo do dinheiro, o que desestimula o consumo das famílias e os investimentos, esfriando a economia, de forma que os preços recuem ou subam menos.

Para o economista Roberto Luis Troster, coordenador do Centro de Estudos do Financiamento das Empresas Brasileiras (Cefeb) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o IPCA de outubro não altera a perspectiva da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), colegiado do BC que decidirá a Selic, marcada para 8 e 9 de dezembro.

Na reunião de novembro, o BC interrompeu o ciclo de queda e manteve a Selic inalterada.

"O razoável é uma política monetária [decisões sobre a taxa de juros e outras medidas para controlar a inflação] do tipo 'deixa como está para ver como é que fica', ou seja, uma pausa prolongada. Quanto vai durar depende do clima, do petróleo e, sobretudo, de como o governo vai enfrentar a questão fiscal", avalia.

O índice

O IPCA apura o custo de vida para famílias com rendimentos entre um e 40 salários mínimos.

A coleta de preços é feita em dez regiões metropolitanas - Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre - além de Brasília e nas capitais Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju. (Agência Brasil)

Dino mantém prazo inicial da 5x2, mas flexibiliza regra de transição

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu na quinta-feira (12) uma liminar (decisão provisória) para permitir jornadas de trabalho superiores a 8h diárias durante a fase de transição da escala 5x2, que prevê a jornada semanal de 42 horas semanais pelo prazo de um ano.

O ministro também manteve o início da vigência da escala 5x2 para o dia 16 de dezembro, conforme previsto na Emenda Constitucional que acabou com a escala 6x1 no país.

Com a decisão, os empregadores estão autorizados a distribuir as 42h semanais, durante o período de um ano de transição, entre os cinco dias de trabalho da escala 5x2, o que resultada em jornadas diárias de até 8h24. Dessa maneira, os 24 minutos extra jornada diários não darão direito ao recebimento de hora extra.

"Durante a etapa intermediária - isto é, até 15 de dezembro de 2027 -, a distribuição das 42 horas semanais em cinco jornadas diárias de até 8 horas e 24 minutos, sem incidência do adicional de horas extraordinárias [quanto aos 24 minutos mencionados]", escreveu o ministro.

Ele acrescentou que "com isso, compatibilizam-se as duas decisões do Congresso Nacional, mesmo que se frustre a negociação coletiva. Ou seja, em 16 de dezembro de 2026, será aplicada a jornada semanal de 42 horas, com dois dias de repouso remunerado".

Dino buscou atender aos anseios das confederações que representam empregadores de diversas categorias. Em audiência de conciliação nesta semana, representantes patronais expressaram o receio de não ter tempo hábil para negociar acordos coletivos de trabalho que permitissem a adoção da jornada semanal intermediária de 42h, obrigando-os então a adotar diretamente a escala de 40h.

Ainda na audiência, Dino buscou tranquilizar as confederações patronais, afirmando não haver possibilidade de que a escala semanal intermediária de 42h não fosse permitida, uma vez que a etapa de transição foi determinada pelo Congresso Nacional, numa decisão política incontornável.

O ministro, contudo, negou o adiamento da entrada em vigência da escala 5x2, um pedido que havia sido feito formalmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), que representam o grosso dos empregadores nacionais.

As confederações alegam que o prazo de 60 dias dado pela Emenda Constitucional seria exíguo para adequar a jornada de trabalho e alcançar acordo em convenções coletivas de diversas categorias mais complexas.

Setores da indústria, por exemplo, alegam ser necessário treinamento de novos funcionários para que as linhas de produção não acabem tendo o tempo de funcionamento reduzido.

Presente na audiência, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou ser "plenamente possível negociar", e que "as federações [sindicais], os sindicatos patronais, estão seguindo sua vida". Ele opinou pela desnecessidade de intervenção do Judiciário na implementação da escala 5x2 nos prazos estipulados pelo Congresso.

Flexibilização

Por meio da liminar, Dino também autorizou a modulação (flexibilização) do artigo da Emenda Constitucional que permite, em casos excepcionais, a escala 6x1, contanto que a segunda folga semanal seja compensada ainda no mesmo mês da semana em que foi suprimida.

Pela regra aprovada pelo Congresso, caso não seja possível ao trabalhador gozar das duas folgas semanais na mesma semana, somente uma delas pode ser flexibilizada, podendo ser usufruída em outro dia do mesmo mês-calendário.

O ministro afirmou ter havido consenso na audiência de conciliação de que tais travas - compensação no mesmo mês e ao menos uma das folgas na própria semana - poderiam inviabilizar a operação de diversos setores econômicos.

Como exemplo, ele citou: as altas sazonais de demanda no comércio e serviços; atividades agrícolas, condicionadas aos ciclos de plantio e colheita; setores de turismo e hotelaria, marcados por períodos de alta temporada; e atividades desenvolvidas em embarcações e plataformas marítimas, nas quais as escalas de trabalho e repouso dependem de condições operacionais específicas.

Nessas situações, as negociações coletivas podem estipular prazos mais longos para compensação das folgas, sem considerar as travas de compensação semanal e no mesmo mês-calendário.

"Tais limites podem ser modulados por acordo ou convenção coletiva de trabalho, desde que preservada a integralidade do direito aos 2 (dois) repousos semanais remunerados, admitindo-se o diferimento de sua fruição", escreveu Dino.

Apelos ao Congresso

Em sua decisão, Dino reconheceu alguns impasses trazidos na audiência de conciliação, mas em vez de impor regras, optou por fazer um apelo ao Congresso para que regule pontos obscuros resultantes da emenda.

Um desses pontos diz respeito às jornadas de trabalho diferenciadas, que por diferentes motivos são adotadas por diversas categorias, por força de lei. É o caso, por exemplo, dos atendentes de telemarketing e dos jornalistas, que possuem jornadas diárias máximas de 6h e 5h, respectivamente.

Nesses casos, escreveu Dino, o Congresso deve aprovar uma nova legislação, uma vez que "a diversidade das atividades econômicas, especialmente aquelas submetidas a condições operacionais peculiares, exigirem disciplina normativa que compatibilize a redução da jornada e a ampliação dos repousos semanais com as especificidades de sua organização produtiva".

O mesmo ocorre no caso do tratamento favorecido que deve ser dado às micro e pequenas empresas, uma obrigação prevista na Constituição. O ministro afirmou que o Congresso Nacional deve aprovar leis para permitir regimes mais brandos de implementação da escala 5x2, embora não caiba ao STF interferir.

"Falo, por exemplo, do vasto conjunto - visível sobretudo nos bairros populares - de proprietários de pequenas padarias, lojas de confecção e utensílios do lar, mercadinhos e quitandas, restaurantes de bairro, oficinas de manutenção, entre outros estabelecimentos semelhantes", elencou o ministro. (Agência Brasil)

STF derruba imunidade para punir violência patrimonial contra mulheres

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na quinta-feira (12) suspender a regra que impede punição de homens que cometem crimes patrimoniais contra mulheres no contexto de violência doméstica e familiar. A imunidade vigorava desde 1940.

Antes da decisão do Supremo, o cônjuge que cometia furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, estelionato e fraude contra bens e recursos financeiros da esposa ficava isento de punição. A regra estava prevista validade do Artigo 181, do Código Penal.

O julgamento começou na quarta-feira (11), quando o relator, ministro Dias Toffoli, entendeu que a imunidade, conhecida tecnicamente como escusa absolutória, não foi recepcionada pela Constituição de 1988 nem está de acordo com normas internacionais de proteção à mulher.

Na sessão de hoje, os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Nunes Marques, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e o presidente, Edson Fachin, acompanharam o relator.

A ministra Cármen Lúcia, única mulher na Corte, relatou que a violência patrimonial faz parte do dia a dia das mulheres.

"Isso não é um fato do passado, é um dado de hoje, também não é um dado de um determinado grupo de mulheres. Não é incomum servidoras públicas contarem para a gente que entregam integralmente sua remuneração, seus ganhos, para evitar problemas", disse.

Moraes ressaltou que o Código Penal de 1940 repetiu a regra de imunidade que passou a vigorar nas Ordenações Portuguesas, conjunto de leis penais do Código Criminal do Império, instituído em 1830.

"Por que existia essa isenção de pena? Para proteger o homem, aquele que tinha o pátrio poder", afirmou.

Entenda

O caso chegou ao Supremo por meio de duas ações protocoladas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e o Partido Verde. Ambos defenderam a suspensão da imunidade.

Durante a abertura do julgamento, o advogado Aristides Junqueira, representante da Conamp, disse que regra protegia a constância do casamento, mas não levou em conta os diversos tipos de violência contra a mulher.

"Na época, vigia o vínculo matrimonial indissolúvel, não havia divórcio, que só veio depois, em 1977, com a Lei de Divórcio", afirmou.

A Advocacia-Geral da União (AGU) também se manifestou favoravelmente ao fim da imunidade. A secretária-geral de Contencioso, Isadora Cartaxo, disse que as escusas absolutórias não estão de acordo com a Constituição de 1988.

"Tais regras, talvez parecessem justificáveis na época de sua concepção, mas atualmente estão em completa e absoluta dissonância com os princípios constitucionais da Carta de 1988. Trata-se de ofensa clara e direta à dignidade de pessoa humana, a igualdade entre homens e mulheres, a igualdade conjugal", completou. (Agência Brasil)

Tomate acumula alta de quase 90% no ano e fica mais caro após chuvas

O preço do tomate subiu 19,57% em outubro e acumula alta de 89,76% em 2026, segundo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado na quinta-feira (12) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O aumento é resultado principalmente da redução da oferta do produto, prejudicada pelo excesso de chuvas nas regiões produtoras.

Em 12 meses, a alta chega a 63,35%. O tomate foi o item que mais pressionou a inflação de alimentos em outubro, ao lado da cebola, que ficou 11,29% mais cara no período.

A elevação dos preços foi disseminada pelo país. Entre as regiões pesquisadas pelo IBGE, Recife registrou o maior aumento em outubro, de 50,77%, seguida por Brasília (35,31%) e Aracaju (30,12%). Em São Paulo, a alta foi de 18,39%.

No acumulado do ano, os aumentos mais expressivos foram registrados no Rio de Janeiro (137,11%), em Belo Horizonte (132,67%) e em Curitiba (132,66%). Mesmo nas regiões com as menores variações, o tomate ficou mais caro: em Campo Grande, a alta foi de 26,21%, e em Rio Branco, de 59,49%.

A redução da oferta também aparece nos dados da Ceagesp (Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo). Segundo técnicos da companhia, o Entreposto Terminal São Paulo recebeu cerca de 10 mil toneladas de tomate em outubro, considerando as principais variedades, como os grupos italiano e Carmem. O volume foi 33% inferior ao registrado no mesmo mês de 2025, quando chegaram aproximadamente 15 mil toneladas.

A companhia atribui a queda à ocorrência de chuvas sucessivas nas principais regiões produtoras, que prejudicaram a qualidade dos frutos e dificultaram a colheita. O período também coincide com a transição da safra de inverno para a de primavera, o que contribuiu para a redução da disponibilidade do produto.

Como o tomate é um alimento perecível, parte da produção perdeu qualidade em razão das condições climáticas. Além disso, muitos agricultores não conseguiram colher suas lavouras. Com a demanda do varejo mantida, a menor quantidade de produto disponível no mercado atacadista pressionou as cotações.

Os preços praticados no atacado da Ceagesp dão dimensão dessa movimentação. Em 30 de outubro, o quilo do tomate era negociado a R$ 9,35. Na cotação seguinte, de 4 de novembro, chegou a R$ 13,13, alta de 40,4% em relação ao último registro de outubro.

Apesar disso, a companhia afirma que as três cotações mais recentes, dos dias 6, 9 e 11 de novembro, já indicam uma estabilização. Segundo os técnicos, não foram registradas novas altas nesse intervalo, o que pode sinalizar um arrefecimento dos preços.

Em nota divulgada em setembro, pesquisadores do Hortifrúti do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), da USP (Universidade de São Paulo), também apontaram a redução da oferta como fator de pressão sobre os preços nos atacados.

Na ocasião, o centro de pesquisas citou a queda das temperaturas nas regiões produtoras, que desacelerou a maturação dos tomates, além das chuvas, que dificultaram a colheita, e da redução da área em produção. A expectativa era que temperaturas mais elevadas acelerassem a maturação e ampliassem a oferta nos dias seguintes.

Para o verão de 2027, a pesquisadora do Cepea Margarete Boteon prevê uma oferta mais contida de hortaliças. Entre os fatores de risco, ela destaca o El Niño, fenômeno climático que pode afetar a produtividade e a qualidade das lavouras, além dos juros elevados, que restringem o acesso dos produtores ao crédito.

"Eficiência e tecnologia deverão ter papel decisivo nos próximos meses, mais do que a expansão das áreas de produção", afirma. (Folhapress)

FPFM
FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL DE MESA

FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL DE MESA
www.futmesa.com.br futmesa@futmesa.com.br
CNPJ. 52.801.131/0001-71 - CCM. 9.049.785-6
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A **FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL DE MESA – FPFM**, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, sediada no endereço sito a Rua Brigadeiro Jordão, 686, sala 2, no bairro do Ipiranga, São Paulo/SP, CEP 04210-000, com CNPJ sob nº 52.801.131/0001-71, vem convocar os seus filiados de acordo com o artigo 20 de seu Estatuto, paragrafo primeiro, inscritos e detentores do direito de voto, a comparecer a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2026 em sua sede endereço acima, as 09:30 horas em primeira chamada e em segunda chamada as 10:00 horas, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação de contas da gestão; 2) Eleição da presidência, vice presidência e membros do conselho fiscal, para o mandato de 4 (quatro) anos, esta chapa eleita toma posse em 1 de janeiro de 2027. A Federação informa e solicita que somente os representantes devidamente credenciados poderão representar seus clubes.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.
José Jorge Farah Neto
Presidente

Renaissance Solutions Ltda.

CNPJ Nº 56.912.999/0001-08 - NIRE Nº 35.264.699.938
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Por meio do presente Edital de Convocação ("Edital"), a **RENAISSANCE SOLUTIONS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 18.801, conjuntos 407/408, Jardim Dom Bosco, CEP 04.757-025, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 56.912.999/0001-08, com seu Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.264.699.938 ("Sociedade"), convoca os sócios da Sociedade a reunirem-se em Reunião de Sócios da Sociedade, no próximo dia **24 de novembro de 2026, às 16:00h**, em primeira convocação, na sede da Sociedade, nos termos do Art. 1.080-A da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para apresentação, discussão, debates e deliberação acerca da seguinte ORDEM DO DIA: (i) Análise e deliberação acerca da possível exclusão extrajudicial de sócio da Sociedade, por justa causa, em razão de alegados descumprimentos de obrigações societárias e contratuais, bem como de possíveis falhas no exercício de suas atribuições e responsabilidades relacionadas a procedimentos de controle e autorização de operações financeiras, nos termos do artigo 1.085 do Código Civil e da Cláusula 11.1 do Acordo de Cotistas da Sociedade; (ii) caso aprovada a exclusão, deliberação sobre as providências societárias necessárias à sua formalização, inclusive a correspondente alteração do Contrato Social; e (iii) análise e deliberação acerca da revisão da remuneração de sócio da Sociedade, em razão do acúmulo de funções e da ampliação de suas atribuições e responsabilidades, nos termos da Cláusula 6.3 do Acordo de Cotistas. Os documentos que fundamentam as matérias constantes da ordem do dia, incluindo a ata notarial relativa aos fatos que motivam a possível exclusão, estão sendo encaminhados aos endereços eletrônicos dos respectivos sócios e permanecerão à disposição para consulta e obtenção de cópias, mediante solicitação à Sociedade pelos endereços eletrônicos henrique@vincisociety.com e tay@vincisociety.com A Sociedade ressalta que a Reunião de Sócios será instalada, em primeira convocação, com a presença de sócios titulares de, no mínimo, 3/4 (três quartos) das quotas representativas do capital social da Sociedade, sendo que, para a aprovação da ordem do dia, será observado o quórum previsto no artigo 1.085 do Código Civil.

São Paulo, 13 de novembro de 2026.
RENAISSANCE SOLUTIONS LTDA.
p. Tayana Loureiro Dantas e Henrique Guedes da Silva Paulino - *Administradores*

BIOMM

BIOMM S.A.
CNPJ Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE Nº 31.300.016.510
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 3 DE DEZEMBRO DE 2026

Ficam convocados os senhores acionistas da **BIOMM S.A**. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), e dos artigos 4º a 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 3 de dezembro de 2026, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Lote 15 ao 21, Parte, Gleba 28, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34.018-000, na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a eleição de membro para o Conselho de Administração da Companhia e sobre a eleição do Presidente do Conselho de Administração; (ii) Deliberar sobre a reforma do Estatuto Social da Companhia, com alteração dos atuais artigos 14 e 15 para inclusões de parágrafos e alíneas, exclusões de parágrafos e ajustes de referência; e (iii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude da deliberação do item "(ii)" acima. **Instruções Gerais:** Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na AGE, incluindo este edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia ("Proposta da Administração") e aqueles exigidos pela Resolução CVM 81 encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como no site da Companhia (www.biomm.com), no site da CVM (www.gov.br/cvm) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). A AGE será realizada de forma exclusivamente presencial, em conformidade com a prática historicamente adotada pela Companhia em suas assembleias, visando garantir o pleno engajamento, transparência e eficácia nas deliberações, bem como considerando que os níveis históricos de presença dos acionistas se mostram satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Nesse contexto, poderão participar da AGE ora convocada os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, ou, ainda, via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração. Os acionistas que optarem por participar presencialmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer à AGE munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identidade ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, e comprovante de sua respectiva participação acionária expedido pela instituição financeira escrituradora; e, se for o caso, (b) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações. Em relação à eleição para o preenchimento de cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia (item "i" da Ordem do Dia), em função da renúncia do membro efetivo do Conselho de Administração, a eleição se dará mediante votação majoritária, não sendo possível a adoção de voto múltiplo ou votação em separado. O percentual mínimo sobre o capital votante da Companhia necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal na AGE é de 2% (dois por cento) das ações. Nova Lima/MG, 11 de novembro de 2026. Luiz Alves Paes de Barros - **Presidente do Conselho de Administração (interino).**

SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

CNPJ nº 07.755.506/0001-50 - NIRE nº 35.300.327.527
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente, nos termos do Artigo 7º do Estatuto Social da **Safira Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros** (a "Companhia") e do Artigo 123 da Lei nº 6.404/1974, Lei das Sociedades por Ações, ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada, em primeira convocação, em 25 de novembro de 2026, às 10 (dez) horas, na sede social situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua São Bernardo, nº 683, sala 3, CEP 03304-000, Tatuapé, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: reeleição da diretora da Companhia. Os acionistas poderão participar da Assembleia pessoalmente, ou, se for o caso, por seus representantes legais ou procuradores, caso em que poderão participar ou votar na Assembleia Geral. Os acionistas deverão comparecer ao endereço indicado portando documento de identidade com foto; caso compareça o representante, são necessários procuração e documento do representante. Se pessoa jurídica, cópia do contrato/estatuto social; e da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração), ambos registrados no órgão competente. Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Na data da Assembleia Geral, o acesso à sede social para participação estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista somente se dará mediante a assinatura da ata de Assembleia Geral pelo respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia Geral, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas estejam presentes no endereço indicado para a realização da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.
SAFIRA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS
Nome: AVIVA MIZRAHI - Cargo: Diretora Financeira e Comercial

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 10204604220248260004 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da UPJ da 1ª a 4ª Varas Cíveis - Regional IV - Lapa, do UPJ da 1ª a 4ª Varas Cíveis - Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). PATRICIA MARTINS CONCEICAO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a D T MATSUOKA LTDA, CNPJ: 31141250000175 que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de PIRRANET LTDA, alegando que em maio de 2024 o autor realizou compra de 2 equipamentos, sendo OLT 8/pon V1600g1-b Gpon V-sol e Ccr 2116, na aquisição concomitante dos 2 equipamentos, foi feito valor de R$15.000,00 (quinze mil reais), sendo, OLT 8/pon V1600g1-b Gpon V-sol no valor de R$9.000,00 (nove mil) e Ccr 2116 no valor de R$6.000,00 (seis mil reais), pagamento a vista, via PIX, somando assim R$15.000,00 (quinze mil reais). Após muita cobrança quanto ao envio dos equipamentos e fornecimento do cód. de rastreio, o vendedor, ora demandado, procedeu com o envio de um dos equipamentos, qual seja, Ccr 2116. Enquanto que, o segundo aparelho, OLT 8/pon V1600g1-b Gpon V-sol, não foi entregue até o presente momento, pior, sem qualquer previsão pelo vendedor. Encontrando-se o(a)(s) ré(u)(s) em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o(a)(s) ré(u)(s) será(ão) considerado(a)(s) revel(éis), caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo 28/09/2026.| **12,13**

Armac Locação, Logística e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 00.242.184/0001-04 - NIRE 35.300.551.362 - Companhia Aberta de Capital Autorizado
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2026

Na forma das disposições legais e dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social, são convocados os senhores(as) acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da **Armac Locação, Logística e Serviços S.A.**, sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 26069, com sede na cidade de Vargem Grande Paulista, no Estado de São Paulo, na Estrada das Palmeiras, nº 430, Galpão 01, Sala 07, Bairro Pereiras, CEP 06742-508 ("Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 02 de dezembro de 2026, às 14h00, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(A)** Deliberar, sem qualquer alteração nos valores, totais ou por ação, dos proventos já deliberados a que os acionistas têm direito, sobre o esclarecimento e a complementação da deliberação tomada no item I.(B) da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2026 ("AGOE"), com o objetivo de melhor especificar a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em observância ao previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); **(B)** Deliberar, sem qualquer alteração nos valores, totais ou por ação, dos proventos já deliberados, sobre a prorrogação do prazo máximo para pagamento **(i)** dos juros sobre o capital próprio declarados conforme as deliberações constantes das Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizadas, respectivamente, em: 12 de agosto de 2025, 09 de outubro de 2025 e 26 de dezembro de 2025 ("JCP"); e **(ii)** dos dividendos declarados conforme a deliberação constante do item 5.1.2 da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 26 de dezembro de 2025 ("Dividendos"), sem alteração de qualquer dos termos inerentes aos Dividendos, dentro do limite previsto no item "1" da alínea "c" do inciso "XII" do parágrafo 1º do art. 16-A da Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025 ("Lei 15.270"); **(C)** Deliberar sobre a ratificação da eleição de membro do Conselho de Administração, nomeado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de novembro de 2026, em razão de vacância de cargo, nos termos do artigo 150 da Lei das Sociedades por Ações e do Parágrafo Sexto do Artigo 14 do Estatuto Social; **(D)** Deliberar sobre **(i)** a alteração da redação do *caput* do Parágrafo Segundo do Artigo 19 do Estatuto Social, para esclarecer que a declaração de dividendos pelo Conselho de Administração não depende de ratificação posterior pela Assembleia Geral; **(ii)** a alteração da redação da alínea "(c)" do Parágrafo Primeiro do Artigo 21 do Estatuto Social, para suprimir expressão que não guarda relação com o objeto social da Companhia; e **(iii)** a consolidação do Estatuto Social, para refletir as alterações propostas nos subitens "(i)" e "(ii)" imediatamente anteriores; e **(E)** Deliberar sobre a autorização à Administração da Companhia para tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações tomadas nos itens anteriores da Ordem do Dia. A Assembleia ora convocada será realizada de modo exclusivamente presencial, na sede da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81") e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração divulgada pela Companhia nesta data ("Proposta da Administração"). Em atendimento ao artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, e ao artigo 4º da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, informamos que é de 2% (dois por cento) o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao requerimento de instalação do conselho fiscal. Nos termos do artigo 7º, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia e do artigo 6º, § 1º, da Resolução CVM 81, a Companhia solicita que os acionistas que optarem por participar presencialmente da Assembleia enviem previamente à Companhia, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia (preferencialmente até às 14h00 do dia 30 de novembro de 2026), por meio do link https://assembleia.ten.com.br/306654383 , observadas as instruções constantes da Proposta da Administração: **(i)** extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, ressalvado que, nos termos do artigo 6º, § 5º, da Resolução CVM 81, a Companhia não condicionará a participação à apresentação de comprovação de titularidade que possa ser objetivamente verificada com base nos registros recebidos do depositário central e do escriturador; e **(ii)** cópias digitalizadas dos documentos listados abaixo. **(a)** Pessoas Físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(b)** Pessoas Jurídicas: **(i)** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e **(ii)** documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. **(c)** Fundos de Investimentos: **(i)** último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente); **(ii)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e **(iii)** documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais. Na hipótese de participação na Assembleia por meio de procurador, deverá ser apresentada ainda, previamente, cópia digitalizada da procuração (observando os requisitos do art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações), no mesmo prazo indicado no parágrafo acima, ou, no momento de realização da Assembleia, a versão original da procuração, juntamente aos documentos que comprovem a identidade do procurador. Nos termos do artigo 6º, § 2º, da Resolução CVM 81, o acionista ou seu representante que comparecer presencialmente à Assembleia munido dos documentos exigidos poderá participar e votar ainda que tenha deixado de enviá-los previamente, desde que os apresente até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos. Os instrumentos de mandato deverão: **(i) (a)** para o caso de acionistas pessoas físicas, ter sido outorgados em conformidade com as disposições do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, **(b)** para o caso de acionistas pessoas jurídicas, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil Brasileiro"); e **(c)** para acionistas que sejam fundos de investimentos, ser outorgados nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro; **(ii)** apresentar firmas reconhecidas ou, nos casos de documentos celebrados digitalmente, ser assinados com certificado digital ICP-Brasil, ou ainda pelo portal "*Gov.br*"; e **(iii)** ser acompanhados dos documentos que comprovem poderes de representação e identidade do outorgante e do procurador. Os acionistas também poderão participar da Assembleia ora convocada por meio de boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), nos termos da Resolução CVM 81, o qual poderá ser enviado por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador ou diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da plataforma digital "*Ten Meetings*", de acordo com as orientações constantes do próprio Boletim de Voto e da Proposta da Administração, que estão disponíveis nos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (https://b3.com.br/pt_br/) e da própria Companhia (https://ri.armac.com.br/). Por fim, a Companhia informa que todos os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração e o Boletim de Voto, se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br), da B3 (https://b3.com.br/pt_br/) e da Companhia (https://ri.armac.com.br/), bem como em sua sede social. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio do e-mail: ri@armac.com.br.

Vargem Grande Paulista/SP, 10 de novembro de 2026.
José Augusto Carvalho Aragão - Presidente do Conselho de Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 10563882320258260100 O(A) Juízo Titular I - 34ª Vara Cível - Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). PEDRO HENRIQUE VALDEVITE AGOSTINHO, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) CLEBER FRORENTINO PIMENTEL, CPF 346.078.668-06, que lhe foi proposta a ação acima epigrafada por parte de ABN & FILHOS INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA, objetivando a desocupação do imóvel à Rua Dona Germaine Buchard 506, Água Branca, São Paulo/SP, nos moldes do artigo 59 da Lei 8.245/91, devendo deixar o imóvel livre e desocupado de pessoas ou coisas,ofertando,para tanto,no prazo de até 48hs,condenando o réu nas custas processuais e honorários advocatícios.Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação,o réu será considerado revel,caso em que será nomeado curador especial e dado andamento ao feito.Será o presente edital publicado na forma da lei.NADA MAIS.Dado e passado nesta cidade de São Paulo,aos 19 de outubro de 2026. | **12,13**

Edital de Convocação - AGEspecial - Assembleia Geral Especial - GERALI - Cooperativa de Trabalho em Representação Comercial e Administração Empresarial - CNPJ: 24.585.652/0001-01 - NIRE: 35 400 175 63-0 - **GERALI - Cooperativa de Trabalho em Representação Comercial e Administração Empresarial,** inscrita no CNPJ sob nº 24.585.652/0001-01, por seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os cooperados para participarem da **Assembleia Geral Especial**, a ser realizada no dia 23 de novembro de 2026, em formato exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, às 09h00, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; às 10h00, em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos cooperados; e às 11h00, em terceira convocação, com a presença mínima de cooperados permitida por lei, nos termos do art. 11, § 3º, da Lei nº 12.690/2012. A assembleia será realizada digitalmente, nos termos do art. 43-A da Lei nº 5.764/1971, acrescido pelo art. 8º da Lei nº 14.030/2020, e da regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI. O acesso será disponibilizado aos cooperados por meio eletrônico, sendo permitida a participação por computador, celular ou tablet. As orientações para identificação, registro de presença, manifestação e votação serão disponibilizadas previamente aos cooperados, disponibilizado no site da Cooperativa **GERALI - Cooperativa de Trabalho em Representação Comercial e Administração Empresarial**: https://huso.com.br/, juntamente com os documentos pertinentes à assembleia. **Assembleia Geral Especial - Data: 23 de novembro 2026 - Hora: 09:00 da manhã - São Paulo Entrar na reunião Microsoft Teams - Reunião do Microsoft Teams - AGE | Microsoft Teams | Ingressar na reunião rápida - https://teams.live.com/meet/9346985191766?p=EHr0U5mfeMFt7ad0IZ - ORDEM DO DIA**: 1º) Assuntos Relacionados a Gestão da Cooperativa; 2º) Deliberar sobre disciplina, direitos e deveres sociais dos sócios; **• Repouso anual remunerado:** discussão e deliberação sobre a proposta de concessão de 20 (vinte) dias de repouso anual remunerado aos cooperados que desempenham atividades administrativas e possuem remuneração fixa, incluindo critérios de elegibilidade, concessão e custeio. **• Pagamento de valores residuais de projetos:** discussão e deliberação sobre a proposta de estabelecimento do prazo de até 15 (quinze) dias para apuração e pagamento dos valores residuais decorrentes do encerramento de projetos, ressalvadas as comissões ainda não compensadas pelos respectivos tomadores de serviços. **• Procedimentos disciplinares e eliminações de cooperados**: apresentação dos procedimentos de sindicância concluídos pela administração e apreciação de eventuais recursos interpostos contra decisões de eliminação de cooperados, nos termos do art. 34, parágrafo único, da Lei nº 5.764/1971. 3º) Deliberar sobre o planejamento e resultados econômicos dos projetos; **• Distribuição das sobras do exercício de 2025:** comunicação aos cooperados sobre o cronograma de pagamento das sobras referentes ao exercício de 2025, previamente aprovado em Assembleia Geral Ordinária, com previsão de realização em 25/11/2026, sem nova deliberação sobre sua destinação. 4º) Outros assuntos de interesse da Cooperativa; São Paulo, 12 de novembro de 2026. **Lucas Alberto Miazato Corvalan - Presidente**

SF 1141F Participações Societárias S.A.

CNPJ nº 66.606.140/0001-16 - NIRE 35.300.693.086
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2026

I. Data, Hora e Local: realizada no dia 26/06/2026, às 10h, na sede social da **SF 1141F Participações Societárias S.A.** ("Companhia"), localizada na cidade de SP, SP, na Rua Henrique Schaumann, 270, cj.2, Pinheiros, CEP 05413-909. **II. Convocação e Presença**: dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do livro de registro de presença de acionistas da Companhia. **III. Mesa**: Presidente: Wilson Barcellos da Silva; Secretário: Kevin Gemunder de Holanda. **IV. Ordem do Dia**: examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A.; **(ii)** a renúncia do atual diretor da Companhia; **(iii)** a eleição dos novos membros da diretoria da Companhia; **(iv)** a alteração da denominação social da Companhia; **(v)** a alteração do endereço da sede social da Companhia; **(vi)** a reforma integral, renumeração e consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(vii)** a autorização para que a administração da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nesta assembleia. **V. Deliberações**: após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovou o seguinte: **(i)** a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei das S.A.; **(ii)** o reconhecimento e aceite da renúncia do atual Diretor da Companhia, Sr. **Luis Guilherme de Souza Silva**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, RG 30.267.600-4 (SSP-SP), CPF 355.147.028- 63, conforme termo de renúncia anexo a esta Ata como **Anexo I**; **(iii)** a eleição dos seguintes novos Diretores da Companhia: (a) **Wilson Barcellos da Silva**, RG 6.712.864-5 (IFP/RJ), CPF 006.661.247-01; e (b) **Kevin Gemunder de Holanda**, CI 300993011 (DETRAN/RJ), CPF 105.407.887-40, para ocuparem os cargos de Diretores sem designação específica da Companhia. Os Diretores ora eleitos tomam posse em seus respectivos cargos nesta data, com mandato de 2 anos a contar desta data, mediante a assinatura dos respectivos termos de posse lavrados em livro próprio que integram a presente Ata como **Anexo II**. Em razão da deliberação aprovada neste item (iii), o Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 7º** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta de 1 a 5 membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos para mandato de 2 anos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos." **(iv)** a alteração da denominação social da Companhia de "SF 1141F Participações Societárias S.A." para "Unifinance Holding S.A.. Em razão da deliberação aprovada neste item (iv), o Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 1º** A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado denominada **Unifinance Holding S.A.** e é regida por este Estatuto Social, por quaisquer disposições legais aplicáveis, incluindo, mas não somente, a Lei Federal 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.")." **(v)** a alteração do endereço da sede social da Companhia de "cidade de SP, SP, na Rua Henrique Schaumann, 270, cj.2, Pinheiros, CEP 05413-909" para "Av. Brigadeiro Luis Antônio, 300, 10º andar, cj.104, parte, Bela Vista, SP/SP, CEP 01318-903". Em razão da deliberação aprovada neste item (v), o Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 2º** A Companhia tem sede e foro na Av. Brigadeiro Luis Antônio, 300, 10º andar, cj.104, parte, Bela Vista, SP/SP, CEP 01318-903. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá abrir filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País ou no exterior." **(vi)** a reforma integral, renumeração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar de acordo com a redação constante do **Anexo III** à presente Ata; e **(vii)** a autorização para a administração da Companhia tomar todas as medidas necessárias para implementar as deliberações ora aprovadas. **VI. Encerramento**: nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida e aprovada pela presente, sendo em seguida assinada pelo Presidente e pelo Secretário. Presidente: Sr. Wilson Barcellos da Silva; Secretário: Kevin Gemunder de Holanda. São Paulo, 26/06/2026. Mesa: **Wilson Barcellos da Silva -** Presidente. **Kevin Geumunder de Holanda** - Secretário. **JUCESP** - 247.642/26-5 em 07/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

www.jornalodiasp.com.br



Congresso libera R$ 149,4 bilhões para governo pagar benefícios sociais

O Congresso Nacional aprovou na quinta-feira (12) um projeto que autoriza o governo Lula (PT) a abrir crédito de R$ 149,4 bilhões para pagar benefícios sociais e previdenciários. Os recursos serão usados para o pagamento de BPC (Benefício de Prestação Continuada), Bolsa Família e Renda Mensal Vitalícia.

A proposta recebeu votos favoráveis de 55 senadores e 402 deputados, e agora segue para sanção presidencial. Foram contrários 12 deputados; todos os senadores em plenário votaram pela aprovação.

O comando aprovado pelo Congresso libera a emissão de títulos do Tesouro Nacional para custear esses pagamentos. A criação de dívida para gastos correntes é vedada pela chamada regra de ouro, exceto se o Legislativo autorizar, como foi o caso.

A autorização para as operações foi enviada pelo Ministério do Planejamento em julho. A maior parte dos recursos será para bancar benefícios previdenciários (cerca de R$ 120 bilhões), enquanto R$ 26 bilhões vão para o Bolsa Família. Outros R$ 4,4 bilhões vão para o BPC e RMV.

Inicialmente, o Ministério do Planejamento e Orçamento estimou a necessidade de crédito suplementar de R$ 185,56 bilhões, mas o valor foi revisado para baixo.

A liderança do governo no Congresso divulgou nota defendendo que a proposta não resultará em aumentos de despesas primárias e que, sem a autorização, os pagamentos de benefícios correriam o risco de atrasar.

O deputado federal Hildo Rocha (MDB-MA) foi um dos poucos a criticar a proposta do governo. "Há um ponto preocupante, porque nós estamos contraindo empréstimos para pagar Bolsa Família, BPC e benefícios previdenciários."

O PL, principal partido da oposição ao governo Lula, orientou voto favorável à aprovação do projeto. "Quando é para ajudar as pessoas mais necessitadas, os mais pobres, os deficientes físicos, com certeza o PL é favorável", disse o deputado coronel Chrisóstomo, vice-líder da bancada.

A liberação dessas operações para o pagamento de despesas obrigatórias passa pelo Congresso em um momento em que a gestão Lula tenta aprovar um projeto de ajuste fiscal. Apresentado na véspera, o PLP (projeto de lei complementar) cria gatilhos para conter o crescimento de despesas e aumentar o alcance dos contingenciamentos.

O governo Lula e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), tentaram viabilizar a votação do projeto ainda na quarta (11), mas a oposição reagiu ao que considerou ser uma tramitação acelerada. Alcolumbre deixou para tratar do assunto nesta quinta. O PLP ainda não está na pauta do Senado, mas a expectativa é a de que ele seja chamado para votação. (Folhapress)

Caixa Seguridade sofre invasão e informa vazamento de dados de 7,6 mi de clientes

A Caixa Seguridade, controlada da Caixa Econômica Federal, informou na quinta-feira (12) o vazamento de dados pessoais de 7,6 milhões de clientes da CVP (Caixa Vida e Previdência). Segundo nota publicada no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), nomes, CPFs, endereços, telefones, emails e datas de nascimento estão entre as informações expostas.

Um acesso não autorizado à base de dados da empresa na última sexta-feira (6) foi identificado como causa da exposição de informações. Além de comunicar o fato à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados), a companhia afirma ter aumentado a proteção ao sistema e contratado consultoria externa para apurar os impactos da invasão e monitorar a exposição dos dados na internet.

"Com base na apuração preliminar, não há indícios de comprometimento de dados financeiros ou de autenticação, tais como valores de apólices, saldos de previdência, dados bancários ou senhas", afirma a Caixa Seguridade em comunicado.

Segundo a empresa, pessoas afetadas pela exposição de telefone celular e email estão sendo comunicadas e recebendo recomendações de proteção contra fraudes.

"Até o momento, não identificamos evidências de divulgação pública ou uso indevido dessas informações", disse a CVP na nota enviada às vítimas. "Ainda assim, os dados envolvidos podem ser utilizados por terceiros em tentativas de fraude, como contatos enganosos para obter outras informações ou se passar pela Caixa Vida e Previdência ou por outras instituições."

Ainda de acordo com o comunicado, a empresa, ao notar a invasão, agiu para interromper o acesso e reforçar a proteção dos seus ambientes digitais. "Entre as providências adotadas estão a contenção e o bloqueio da estratégia de ataque identificada e o início de uma investigação técnica."

Grupos vulneráveis, não especificados na nota, também foram contatados. A CVP também abriu um canal de comunicação por endereço de email específico para recepcionar dúvidas de clientes.

"A companhia reafirma seu compromisso com a segurança da informação, proteção de dados e com a transparência junto aos seus investidores, clientes e demais stakeholders. A Caixa Seguridade manterá o mercado informado sobre quaisquer desdobramentos relevantes relacionados ao tema", diz a nota controlada da Caixa.

A Caixa Vida e Previdência é uma joint venture empreendimento conjunto— com 60% de participação da Caixa Seguridade e 40% da seguradora francesa CNP, criada em 2021. Sua controladora majoritária foi criada pela Caixa em 2015 para aglutinar as atividades de seguridade, previdência complementar, capitalização e consórcios do banco público. (Folhapress)

Reúso de computadores pelo governo brasileiro gera economia de água

Um programa do governo brasileiro, que reaproveita computadores usados, já economizou 133,3 milhões de litros de água. A estimativa é do Ministério das Comunicações, que coordena a iniciativa de reúso dos equipamentos eletrônicos, através de seu Programa Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, o reaproveitamento das máquinas evita a produção de um computador novo, cujo processo de produção gastaria em média 1.500 litros de água.

Em vez de descartados, os equipamentos são recondicionados para poderem ter sua vida útil prolongada. Esses computadores são usados em projetos de inclusão digital em comunidades quilombolas, territórios indígenas, regiões ribeirinhas e áreas rurais de todo o país.

"Profissionais avaliam suas condições de funcionamento e identificam quais componentes podem ser recuperados e reutilizados. Os equipamentos com potencial de recuperação passam por procedimentos de manutenção, limpeza, substituição de componentes defeituosos, testes de funcionamento e instalação ou configuração de sistemas operacionais e programas necessários à sua utilização. Em muitos casos, componentes de diferentes equipamentos podem ser aproveitados para recuperar computadores que, de outra forma, seriam descartados", explica coordenador de Inclusão Digital do ministério, Gustavo André Lima.

Quase 89 mil computadores, provenientes principalmente de órgãos públicos federais, já foram recondicionados e reaproveitados pelo Computadores para Inclusão.

De acordo com o ministério, além da economia de água, o reaproveitamento dos equipamentos evitou a queima de 20 mil toneladas de combustíveis fósseis e o uso de 1,8 mil toneladas de produtos químicos.

"A destinação adequada de equipamentos usados é fundamental para reduzir a geração de resíduos, preservar os recursos naturais e incentivar modelos de produção e consumo mais sustentáveis. A fabricação de equipamentos eletroeletrônicos depende da extração de matérias-primas, do consumo de água e energia e da utilização de diferentes produtos químicos", destaca Lima.

Segundo ele, quando um computador é descartado "prematuramente, parte desses recursos acaba sendo desperdiçada, mesmo que o equipamento ainda apresente condições de utilização. O recondicionamento permite prolongar a vida útil dos produtos, reduzindo a demanda pela fabricação de novos equipamentos e, consequentemente, os impactos ambientais associados às atividades industriais".

Ele explica que o programa, além de ter um impacto ambiental positivo, também gera benefícios sociais.

"Os computadores recuperados deixam de ser considerados resíduos e passam a representar oportunidades de acesso à educação, à informação, à qualificação profissional e aos serviços digitais. O programa demonstra como a economia circular pode contribuir para uma transição ambientalmente sustentável e socialmente justa, transformando equipamentos que seriam descartados em instrumentos de inclusão digital e desenvolvimento social."

Os resultados do programa serão apresentados pelo Brasil, no próximo dia 16, na COP31, a 31ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), que acontece em Antália, na Turquia. (Agência Brasil)

Governo estuda novo modelo para concurso público unificado em 2027

Saúde

Fiocruz: aumentam casos de síndrome respiratória aguda por covid-19


Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Os casos confirmados de síndrome respiratória aguda grave (SRAG) por covid-19 tiveram alta no país no início de novembro, informou na quinta-feira (12) a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Boletim Infogripe.

A Fiocruz ressalta, entretanto, que o número de casos graves por covid-19 permanece em níveis baixos.

Nas últimas quatro semanas, 11,5% das hospitalizações e 26,9% das mortes por SRAG viral foram causadas pelo coronavírus Sars-CoV-2, causador da doença.

O boletim foi atualizado com os dados de 1º a 7 novembro que foram inseridos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (SivepGripe) até o último sábado (7).

Apesar do aumento das confirmações de covid-19, os casos de SRAG, de forma geral, apresentam tendência de queda no país.

Vacinação

A pesquisadora Tatiana Portella, da Fiocruz, avalia que a situação não é preocupante, mas deve servir como um lembrete para a população se vacinar.

Grupos prioritários precisam ser imunizados todos os anos contra a doença, e alguns grupos, como idosos e imunocomprometidos, devem tomar doses de reforço a cada seis meses.

"O aumento de SRAG por covid-19 indica que o vírus está circulando na população e é importante que as pessoas verifiquem se estão com o esquema vacinal completo."

Tatiana Portella também recomenda que as pessoas mantenham hábitos de etiqueta respiratória, como limpar sempre as mãos e cobrir a boca e o nariz ao tossir ou espirrar.

"Para quem está com sintomas de gripe ou resfriado, o indicado é ficar em isolamento. Mas, se não for possível manter o isolamento, o recomendado é sair de casa usando uma boa máscara, como uma PFF2 ou N95 para diminuir as chances de transmissão do vírus para outras pessoas", indica.

Dados regionais

Os casos de SRAG por covid-19 têm ganhado mais força na Bahia, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Distrito Federal.

Já a tendência de casos de SRAG por covid-19 e outras causas é considerada de risco ou de alto risco em quatro capitais: Boa Vista, João Pessoa, Porto Velho e Rio de Janeiro.

Nas três primeiras, o aumento de casos se concentra principalmente em crianças com menos de 4 anos, enquanto no Rio de Janeiro há maior prevalência em idosos com mais de 65 anos.

Outras quatro capitais apresentam níveis de SRAG em alerta, mas sem tendência de crescimento no longo prazo: Aracaju, Brasília, Cuiabá e Florianópolis. (Agência Brasil)

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, anunciou na quinta-feira (12) que o governo estuda novo modelo para a 3ª edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 3), prevista para 2027.

No novo modelo, o governo aplicaria uma prova nacional unificada dividida por áreas de atuação, que tenha a mesma dinâmica do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que é diferente da lógica tradicional dos concursos públicos federais.

"Seria uma espécie de concurso como se fosse o Enem. Você faz uma prova para determinadas áreas, tem uma nota, então, tendo a vaga, o órgão federal poderia usar aquele grupo de pessoas que já fez a prova e que já está com uma classificação", disse ministra do MGI Esther Dweck.

O anúncio foi feito mesmo sem o número de vagas imediatas autorizadas. A ministra destacou que, para 2027, a programação depende da aprovação do Orçamento (PLOA) enviado no fim de agosto ao Congresso Nacional.

"Depois das eleições, começa no Congresso o processo de aprovação. Precisamos disto para saber, de fato, que recursos teremos para a área de pessoal, especificamente na rubrica de autorização de concurso e provimentos adicionais."

As declarações de Esther Dweck foram feitas durante o Programa Bom dia, Ministra, produzido pelo Canal Gov, emissora da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A ministra esclareceu que, antes da abertura de uma nova edição do concurso - conhecido como Enem dos Concursos - é preciso que todos os aprovados em edições anteriores sejam chamados.

Vagas remanescentes

Em entrevista a emissoras de rádio, Esther adiantou que o governo federal terá chamada ainda em novembro para mais de 1,3 mil vagas remanescentes a serem preenchidas por candidatos do cadastro reserva. Serão convocados, principalmente, os aprovados na 1ª edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). Haverá vagas também para aprovados na segunda edição.

As vagas remanescentes dos dois certames continuam desocupadas. "São mais de 1,3 mil vagas ainda em aberto, sendo a maioria do primeiro concurso", disse a ministra. Há, ainda, 544 vagas remanescentes descritas no edital republicado, para preenchimento imediato e formação da lista de espera.

A nova classificação foi republicada na segunda-feira (9), após o ministério identificar, em outubro, erros de informações em três vagas.

Vagas adicionais

Todas as vagas originárias da segunda edição do CNU (2025) já foram convocadas. A pasta está fazendo um balanço, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), para chamar aprovados para vagas adicionais do segundo concurso unificado, de 2025, e, possivelmente, de outros concursos da administração pública federal.

"Quando forem chamadas as vagas adicionais, além das que estavam previstas originalmente no concurso, eu preciso de um ateste orçamentário da Secretaria de Orçamento Federal. Há um saldo remanescente no orçamento para isso e estamos vendo o número de vagas possíveis para chamar".

A previsão de Dweck é que as vagas adicionais sejam publicadas nas próximas semanas, antes do fim de 2026. (Agência Brasil)

Novo app da Caixa reúne Pix, FGTS, crédito e benefícios sociais com senha única e biometria facial

A Caixa Econômica Federal lançou o Novo App Caixa, como parte do movimento de modernização que também reformulou a identidade visual do banco. O banco já havia lançado nova identidade visual para se modernizar e se aproximar mais do público jovem.

Segundo a Caixa, o sistema de proteção se chama Identificação Digital Caixa (XID), que reúne biometria facial, reconhecimento do aparelho usado e análise inteligente de comportamento em um único ambiente.

O XID, segundo o banco, elimina a necessidade de várias autenticações e o cliente precisa apenas de uma senha. A Caixa afirma que também ficou mais simples criar e recuperar o acesso ao aplicativo. O banco diz que a biometria facial foi integrada às etapas de identificação e o usuário terá menos necessidade de ir a uma agência para resolver problemas de acesso.

O aplicativo está disponível nas lojas do Android e do iOS desde a segunda-feira (9). Clientes da Caixa já podem baixar o app e acessar os serviços disponíveis. Quem não é cliente também pode usar o aplicativo para buscar abrir uma conta digital ou buscar benefícios sociais.



Foto/Marcelo Camargo/Agência Brasil

O app reúne:

- Pix, pagamentos, buscador de boletos e recarga de celular;
- Cartões, empréstimos, investimentos, seguros e habitação;
- Agregador de finanças;
- abertura de conta digital para crianças e adolescentes;
- FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e benefícios sociais.

Outra novidade é a Conta On!, voltada a jovens de 8 a 17 anos. Essa modalidade oferece serviços como cartão físico e virtual, Pix e pagamentos que podem ser acompanhados pelo responsável e sem tarifa de manutenção, segundo o banco.

Há também a Plataforma do Cidadão, que vai integrar todos os benefícios sociais em um único aplicativo. O Programa de fidelidade UAU (permite juntar e trocar pontos por produtos e serviços) está entre as novidades do aplicativo.

A Caixa diz que o aplicativo combina soluções digitais completas com suporte de empregados do banco. A proposta mistura autosserviço e inteligência artificial.

Não é obrigatório baixar o novo aplicativo. Como a mudança será gradual, os antigos apps continuam funncionando normalmente.

Modernização

A Caixa apresentou na segunda-feira (9) uma nova identidade visual, com mudanças no desenho do logotipo e nas cores utilizadas pelo banco.

A mudança faz parte de um processo de reposicionamento da marca e acompanha outras iniciativas de modernização do banco. Segundo a Caixa, a nova identidade foi desenvolvida a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas sobre a percepção da instituição por clientes e outros públicos. (Folhapress)

1º Fórum Nacional da Transparência reúne autoridades e lota o Blue Note, em São Paulo

Promovido pela ABRALEGAL, encontro reuniu representantes do Governo Federal, dos Tribunais de Contas e da imprensa. ATRICON recebeu proposta de nota recomendatória sobre publicidade legal nas licitações.

O 1º Fórum Nacional da Transparência (FNT), promovido pela Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal (ABRALEGAL), reuniu autoridades, representantes dos órgãos de controle, empresários e profissionais da comunicação no Blue Note, em São Paulo, em 9 de novembro de 2026. Com a casa lotada, o encontro debateu a publicidade legal, a transparência dos atos públicos e empresariais e a segurança jurídica.

Entre os participantes estiveram o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira; o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), conselheiro Edilson de Sousa Silva; o conselheiro-corregedor do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), Marco Aurélio Bertaiolli; e o secretário nacional de Ambiente de Negócios do MEMP, Maurício Juvenal. O evento recebeu ainda representantes de outros Tribunais de Contas e lideranças de entidades do setor, entre elas a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a ADJORI Brasil, a ADJORI-SC e a ADJORI-PR, com a participação de José Roberto Deschamps e Cidenei Cristian Allebrandt.

As participações do ministro Paulo Pereira e do conselheiro Marco Bertaiolli receberam calorosos aplausos do público. As intervenções trataram de transparência, controle da Administração Pública e publicidade dos atos oficiais.

Para o presidente da ABRALEGAL, Wlamir Freitas, o resultado superou as expectativas da organização.

"O 1º Fórum Nacional da Transparência foi um sucesso. Tivemos grande adesão do mercado, reunimos autoridades, entidades associativas, gestores e profissionais da publicidade legal para um debate de ideias, com foco principal na transparência nos setores público e privado. O Blue Note ficou lotado e, além da descontração, tivemos um resultado muito positivo para o nosso segmento, que mostrou sua força e coesão", afirmou.


Foto/Carlos Renato Medeiros/Wagner Cangussu

Wlamir *Freitas Presidente da Abralegal, Isabella Freitas e Paulo Pereira Ministro do Empreendedorismo*

Um dos resultados institucionais do Fórum ocorreu durante a participação do presidente da ATRICON, Edilson de Sousa Silva, que apresentou o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A iniciativa da entidade de promove a avaliação da transparência dos órgãos públicos brasileiros e se aproxima dos objetivos defendidos pela ABRALEGAL quanto à publicidade dos atos oficiais e ao acesso da sociedade à informação.

Durante a apresentação, Wlamir Freitas e o coordenador jurídico da ABRALEGAL, Bruno Camargo Silva, entregaram ao presidente da ATRICON uma sugestão de minuta de nota recomendatória sobre a publicidade legal dos atos relacionados às licitações públicas, especialmente a publicação dos extratos dos editais de licitações públicas em jornais diários de grande circulação.

Ao receber o documento, Edilson de Sousa Silva comprometeu-se a trabalhar pela aprovação da nota recomendatória ainda em 2026. A manifestação foi recebida pela ABRALEGAL como um avanço no diálogo com os órgãos de controle sobre o cumprimento das exigências legais de publicidade.

O Fórum também marcou o lançamento do Selo Nacional da Transparência, iniciativa da ABRALEGAL destinada a reconhecer boas práticas de divulgação dos atos públicos. A primeira premiação está prevista para a segunda edição do encontro.

Outro tema apresentado foi o Portal Nacional de Publicações Empresariais (PNPE), projeto desenvolvido pelo Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com o suporte técnico e jurídico da ABRALEGAL. A proposta prevê um ambiente digital do Governo Federal para organizar e disponibilizar, com critérios legais e ferramentas de inteligência artificial, as publicações de sociedades anônimas dispensadas por lei da publicação em jornais.

O coordenador jurídico da ABRALEGAL, Bruno Camargo Silva, que apresentou o PNPE e mediou um dos painéis, avaliou que o encontro demonstrou a capacidade de mobilização e organização das empresas e entidades do setor.

"O Fórum mostrou a união e a organização do setor de publicidade legal. Demonstrou também que a luta pela transparência vai muito além dos projetos de lei que tramitam nas casas legislativas dos estados e no Congresso Nacional. É um trabalho permanente, que acontece dentro e fora do processo legislativo, no diálogo com os órgãos de controle, com o Poder Executivo e com toda a sociedade", afirmou Bruno Camargo.

Após a participação registrada em São Paulo, a organização trabalha com a perspectiva de realizar o 2º Fórum Nacional da Transparência em Minas Gerais, estado que reúne muitos associados da entidade.

A próxima edição deverá receber a primeira premiação do Selo Nacional da Transparência, dando continuidade ao trabalho iniciado no encontro de São Paulo.